



# CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

## BANCADA DO PSOL

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja reservado o espaço do Plenarinho desta casa, para realização de Reunião Pública **presencial** sobre a **“A importância da atuação da Defensoria Pública de Pernambuco no Município do Recife em defesa dos direitos dos hipossuficientes”** a ser realizada no dia 16 de março de 2022, das 10h às 12h.

### **JUSTIFICATIVA**

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 20 de 1998 e, desde então, tem fortalecido a prestação do serviço de assistência jurídica, integral e gratuita à população vulnerabilizada do Estado. Os 295 Defensoras e Defensores Públicos têm atuado em diversas frentes para garantir que direitos sejam concretizados, desde a promoção de acesso à documentação básica até o ajuizamento de ações coletivas para garantia de direitos de consumidores.

Apenas no Município do Recife, no ano de 2021, a Defensoria Pública realizou mais de 100.000 atendimentos, nas modalidades virtual e presencial, configurando média de 400 (quatrocentos) atendimentos diários, nas mais diversas áreas: família, violência doméstica, cível, sucessões, criminal, entre outros

Por ter como missões institucionais a promoção de direitos humanos, a educação em direitos e a solução consensual/extrajudicial de conflitos, a Defensoria Pública tem se somado aos entes públicos e organização da sociedade civil na perspectiva de contribuir com a construção das políticas públicas, além de levar orientação jurídica a quem dela necessita. No Município de Recife, dois importantes projetos são desenvolvidos: em parceria com a Prefeitura da Cidade e a Defensoria Pública da União, anualmente é realizado o Curso de Defensoras e Defensores Populares, que tem por objetivo munir de informações agentes públicos e pessoas





# CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

## BANCADA DO PSOL

que tenham incidência junto às comunidades da cidade, no sentido de identificar violações de direitos e promover encaminhamentos cabíveis, a partir do entendimento dos meandros do sistema de justiça; em parceria com ONG Samaritanos e a Defensoria Pública da União, o projeto Ronda de Direitos consiste em promover atendimentos jurídicos noturnos à população em situação de rua diretamente nos logradouros públicos, aproximando-se da população vulnerabilizada.

Apesar do relevante e significativo trabalho, a Defensoria Pública vem sofrendo ataques quanto as suas prerrogativas e sua atuação.

Assim, justifica-se a realização da audiência pública ora requerida, visando reafirmar a importância dessa Instituição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 17 de fevereiro de 2022.

**Ivan Moraes Filho**

Vereador do Recife

ASSINADO DIGITALMENTE POR  
GONDIM PORTELA  
CPF: 08.364-90 DATA: 17/02/2022 16:53  
RECIFE - PE  
ID: 02e110fd6e3e-d489-4d7d-9613-4a650aa6438c  
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

**Dani Portela**

Vereadora do Recife

